

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM OBSERVATÓRIOS SOCIAIS COMO PROPULSORA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Henrique Lacerda Nieddermeyer.¹
henriquenieddermeyer.ead@unimar.br

Marília Soares Pereira²
marilia.pereira.ead@unimar.br

Roseane da Silva Nogueira Cavenago³
roseanecavenago.ead@unimar.br

Palavras-chave: Participação cidadã. Observatório Social. Desenvolvimento Econômico. Constituição Federal.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 deu início a um período na estrutura normativa brasileira no qual a cidadania, até então vista sob uma dimensão eminentemente passiva, com a participação restrita ao voto transformou-se em um valor com características multidimensionais: não só o cidadão seria o sujeito passivo de direitos, mas também passaria a ter em si a prerrogativa de impulsionar e influenciar os rumos da nova República.

A "Constituição Cidadã", conhecida como Carta Magna, estabelece diversos mecanismos de supervisão e vigilância das atividades do governo pela sociedade civil. Além disso, a Constituição também permite o acompanhamento das iniciativas governamentais e a exigência de transparência e responsabilização.

¹ Docente Unimar-Universidade de Marília

² Docente Unimar – Universidade de Marília

³ Docente Unimar- Universidade de Marília

A nossa Constituição estabeleceu a obrigatoriedade do Estado no fornecimento de bens e serviços públicos, com o objetivo de garantir o acesso universal à saúde, educação e moradia, entre outros.

Além disso, condicionou a formulação das políticas públicas à participação popular, inserindo os cidadãos – especialmente os alvos de determinada política, como coautores de sua elaboração. Desta forma, qualquer indivíduo pode deliberar, em igualdade com os representantes eleitos, sobre como deve ocorrer a criação, a análise e a gestão de políticas públicas. Foi o que se convencionou chamar de controle social.

Em decorrência dos diversos meios e formas de controle que cada vez ganham mais espaço no Brasil, voltamos nosso olhar para experiências de controle social que indicam o engajamento de setores da sociedade em torno do propósito de contribuir para a melhoria da qualidade da gestão pública e da qualidade de vida em suas cidades, aliando elementos de natureza técnica e política em sua ação: a participação voluntária em observatório social.

Um observatório, quando se refere a um sistema ou organização que monitora sistematicamente as ações de um setor específico, um órgão governamental, um tema de interesse coletivo ou um território, desempenha um papel crucial no exercício do controle social e na promoção da accountability (responsabilidade e transparência).

Bresser-Pereira (2022), o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizam sua revolução capitalista; configura-se em um processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que gera o aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade.

O capitalismo é um sistema econômico coordenado pelo mercado, no qual empresas e Estados-nação competem a nível mundial, e o desenvolvimento econômico pode ser entendido como o sucesso nessa competição; dificilmente se poderá falar em desenvolvimento econômico se o país estiver crescendo a taxas substancialmente mais baixas que seus concorrentes.

O desenvolvimento econômico das economias capitalistas supõe a coordenação pelo mercado e o Estado. Quando o mercado coordena uma economia limitando ao máximo a intervenção do Estado, temos o liberalismo econômico, uma forma ineficiente de coordenação econômica. Quando o Estado assume esse papel de forma exclusiva temos o estatismo, uma

forma ainda mais ineficiente depois que o país realizou sua industrialização “pesada”, como bem vimos na União Soviética.

De forma resumida, podemos afirmar que o desenvolvimento econômico acontece quando uma determinada região apresenta uma melhoria considerável em relação à qualidade material da população. Desta forma, o desenvolvimento da economia pode apresentar variáveis qualitativas e quantitativas. No entanto, não podemos confundir o desenvolvimento econômico com o crescimento econômico, pois o segundo está relacionado apenas ao aumento em setores da economia. Como exemplo de indicador de crescimento econômico, podemos citar o PIB (Produto Interno Bruto).

Assim, a participação cidadã, de acordo com Texeira (1997, p. 187), é essencial para a criação conjunta de um futuro melhor para a população de uma cidade, estado ou país,” pois é onde a sociedade civil pode opinar, debater e construir junto com o governo melhores políticas públicas, de modo a garantir um desenvolvimento econômico sustentável”.

Embora os brasileiros tenham condições de exercer a cidadania, por meio de uma maior participação cidadã, ainda, têm aderido em pequena escala a essa prática, muito por falta, entre as principais razões estão o desconhecimento, a falta de informação e de educação.

Segundo o mesmo autor, a participação como processo implica numa relação de poder, não só através do Estado que a materializa, mas entre os próprios atores, que exige determinados procedimentos e comportamentos e mesmo, uma partilha, suscitando a questão de saber se esta ação tem o caráter meramente comunicativo e consensual, como se enfatiza em relação à participação movimentalista ou comunitária, ou se nela está presente também uma lógica estratégica.

Nesse contexto, esse empoderamento é resultado do processo de conscientização, que “[...] implica que os homens assumam seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhe oferece [...]” (SANTOS, 2018).

A compreensão da participação cidadã como processo, significa dizer que em tal processo deve ocorrer uma interação contínua entre os diversos atores que são partes, o Estado e outras instituições políticas e a própria sociedade, como um todo. Tais relações, complexas e em muitos casos contraditórias, exigem determinadas condições, que não dizem respeito apenas

ao Estado, mas também aos demais atores e às condições estruturais e de cultura política que podem favorecê-la ou dificultá-la.

À medida que a população se conscientiza sobre seus direitos e deveres, ocorre o empoderamento de uma coletividade na busca por direitos e garantias que deveriam ser oferecidas pelo Estado.

O empoderamento vem da participação da comunidade, pois possibilita uma leitura crítica da realidade, e essa participação fortalece as decisões políticas, as organizações e os movimentos sociais, já que os indivíduos conscientes de sua realidade têm um sentimento de empoderamento, sentindo-se empoderados na busca pela transformação social. A participação social é essencial para a construção da cidadania plena e pela efetiva democracia política.

Quanto menor a participação popular nas tomadas de decisão do poder pública, em suas três esferas de poder, mais acomodado fica o gestor público para atender aos interesses de uma minoria, portanto, para que haja fortalecimento e maior envolvimento e engajamento do cidadão nos processos de decisão das políticas públicas, é fundamental que o Estado aja com transparência, promovendo a comunicação e a informação, estimulando o envolvimento dos indivíduos.

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

Como é que os cidadãos podem participar no desenvolvimento econômico de um país? Assim com esse questionamento surgiu o desenvolvimento do artigo. O objetivo do presente estudo é o de destacar a importância da participação cidadã por meio dos Observatórios Sociais e seus benefícios sociais e financeiros decorrentes.

1.2 Justificativa

Estudo com a visão destacar a importância da participação cidadã por meio dos Observatórios Sociais e seus benefícios financeiros, bastando apenas que o cidadão se disponha a participar e, desta forma, auxilie a esfera pública rumo ao crescimento e desenvolvimento econômico.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo foi a pesquisa exploratória, com análise bibliográfica a partir de coleta de dados em material científico atualizado sobre o tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado desse estudo, percebe-se a ausência do cidadão das discussões públicas de interesse coletivo. Nesse cenário, cresce em importância o papel dos observatórios sociais, no sentido de exercer pressão para que ocorra transparência dos órgãos e agentes públicos, além da criação de um ambiente favorável à participação cidadã. Tal participação é fundamental para auxiliar a esfera pública rumo ao crescimento e desenvolvimento econômico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação cidadã é um pilar essencial da democracia, pois seu objetivo é que os cidadãos frequentem ativamente o processo de tomada de decisões públicas. Na democracia que se vislumbra no século XXI, a participação democrática da população não pode mais restringir-se somente à eleição de seus representantes, mas sim à fiscalização dos atos dos gestores públicos em todas as esferas, exigindo o máximo de transparência.

Nesse contexto, um Observatório Social, através da prática do controle social, tem como objetivo a contribuição para a melhoria da gestão pública com práticas de cidadania e participação popular, como o monitoramento das licitações municipais e de ações de educação fiscal. O Controle Social busca, pela participação da comunidade, acompanhar a atuação da administração pública, para que ela seja feita em favor da sociedade, se transformando em um instrumento de participação social e de controle da corrupção, a partir do momento em que a sociedade organizada vigia mais de perto, a atuação de seus representantes no uso do recurso público.

Para a efetiva consolidação do desenvolvimento econômico é fundamental a participação cidadã, propondo ações aos gestores públicos e fiscalizando tais ações, de modo que os objetivos inicialmente propostos sejam atingidos e que não haja desvios ou desperdícios de recursos públicos.

Quando os gestores públicos se sentem fiscalizados e pressionados a agirem com transparência, os recursos são destinados corretamente e observa-se melhoria na qualidade de vida da população. A divulgação das ações e resultados dos Observatórios ajuda a captar voluntários e incentivar o engajamento e a participação cidadã na gestão pública, que atualmente ocorre por meio de canais espontâneos, redes sociais e divulgação dos próprios integrantes.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico revisitado**. EESP – Escola de Economia de São Paulo, versão de 16 de janeiro de 2022. Disponível em: < https://www.bresserpereira.org.br/279-conceito_historico_desenvolvimento_economico-revisitado.pdf>. Acesso em: 22Jan. 2022.

SANTOS, Ana Paula F. [et al]. **Movimentos sociais e mobilização social**. [revisão técnica: Marcia Paul Waquil, Caroline Bastos Capaverde]. Porto Alegre: SAGAH, 2018 [Minha biblioteca].

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.html>> . Acesso em: 01Ago.2023.